



Oficinas pedagógicas para uma EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Junior Cunha (Org.)
Francy Rodrigues da Guia Nyamien (Coord.)









quero Saber!

Oficinas pedagógicas para uma

EDUCAÇÃO INCLUSIVA



TC 140/18-SETI/USF/UGF
Oficinas Pedagógicas Inclusivas em Educação Especial
Projeto financiado com recursos do FUNDO PARANÁ,
Programa de Extensão Universidade Sem Fronteiras.
Superintendência Geral de Ciência,
Tecnologia e Ensino Superior.
www.seti.pr.gov.br

Junior Cunha (Org.)
Francy Rodrigues da Guia Nyamien (Coord.)

Oficinas pedagógicas para uma EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Primeira Edição E-book

TOLEDO – PR
2020

Copyright 2020 by
Organizador
Gerente Editorial
José Dias
Revisão Final
Luana Aparecida de Oliveira
Design Gráfico e Diagramação
Junior Cunha
Capa
Junior Cunha

Instituto Quero Saber
CNPJ: 35.670.640./0001-93
www.institutoquerosaber.org
editora@institutoquerosaber.org

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

O32 Oficinas pedagógicas para uma educação inclusiva. / organizador, Junior Cunha; coordenadora Francy Rodrigues da Guia Nyamien. 1. ed. e-book - Toledo, Pr: Instituto Quero Saber, 2020.
206 p.: il; color.

Modo de Acesso: World Wide Web: <https://www.institutoquerosaber.org/editora>
ISBN: 978-65-51210-00-6

1. Educação especial. 2. Autismo. 3. Dislexia. 4. Inclusão. 5. Deficiência. I. Título.

CDD 22. ed. 371.9

Rosimarizy Linaris Montanhano Astolphi – Bibliotecária CRB/9-1610

Todos os direitos reservados ao Organizador

Os textos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus respectivos autores

SUMÁRIO

Prefácio
Francy Rodrigues da Guia Nyamien
e Luana Aparecida de Oliveira 9

Apresentação
Junior Cunha 13

Capítulo 1
DESCONSTRUINDO ESTEREÓTIPOS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
Letícia Strossi de Oliveira 17

Capítulo 2
SURDEZ E DEFICIÊNCIA AUDITIVA
Elora Marques M. da Silva 35

Capítulo 3
DEFICIÊNCIA VISUAL: noções introdutórias
Junior Cunha 57

Capítulo 4
DESCONSTRUINDO BARREIRAS: inclusão e acessibilidade da pessoa com Deficiência Física no meio escolar
Rosana Leal Santiago 75

Capítulo 5
COMO PENSAR A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL
Elora Marques M. da Silva..... 87

Capítulo 6
SÍNDROME DE DOWN: um outro olhar
Lucas Antonio Vogel.....101

Capítulo 7
AUTISMO: conhecendo esse mundo
Lucas Antonio Vogel.....121

Capítulo 8
ALTAS HABILIDADES: barreira ou vantagem?
Letícia Strossi de Oliveira.....145

Capítulo 9
DISLEXIA: reflexões acerca dos Transtornos Específicos de Aprendizagem
Rosana Leal Santiago..... 165

Capítulo 10
O TEATRO DO OPRIMIDO COMO MÉTODO PEDAGÓGICO PARA PESSOAS COM TDAH
Junior Cunha.....181

Posfácio
Marcos Freitas de Moraes 201

Capítulo 1

DESCONSTRUINDO ESTEREÓTIPOS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Letícia Strossi de Oliveira

LETÍCIA STROSSI DE OLIVEIRA

Acadêmica de Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *Campus* Toledo-PR. Foi bolsista do Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais e do Projeto Oficinas Pedagógicas Inclusivas em Educação Especial. Atualmente é bolsista do Projeto de Extensão Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) da UNIOESTE. É integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Marx (GEPEM), integrante do Projeto de Extensão Cores da Resistência. Atua no Centro Acadêmico de Serviço Social. É membro do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres e do Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais. Tem experiência em estudos sobre a pessoa com deficiência; educação inclusiva; a situação da mulher na contemporaneidade e questões ligadas a temática gênero. Realiza pesquisas sobre violência, expressões da Questão Social e as categorias de trabalho e classes sociais.

INTRODUÇÃO

Este capítulo é resultado de um estudo teórico acerca da inclusão e as formas de tratamento e relacionamento com a pessoa com deficiência. Visto que, para alcançar à inclusão social é necessário romper com os paradigmas excludentes que envolvem o relacionamento das pessoas sem deficiência com as pessoas com deficiência. Esses estudos levaram à elaboração de uma oficina sobre a temática.

Entre os objetivos da oficina, que aqui serão brevemente relatados, estão: desconstruir estereótipos criados e usados *lato sensu* para referir-se a pessoas com deficiência; refletir sobre questões ligadas à acessibilidade, à inclusão e outros conceitos que tangenciam essa temática; oferecer orientações de tratamento em relação às pessoas com deficiência; e conscientizar as pessoas sobre seus papéis sociais na busca por uma educação inclusiva. Para concretizar esses objetivos a oficina tratou dos temas que serão mais bem descritos nas próximas seções.

O debate sobre a inclusão deve percorrer por toda a sociedade, pois, segundo dados do IBGE de 2010, o Brasil possui cerca de 45 milhões de Pessoas com Deficiência, ou seja, quase 24% da população brasileira é composta por pessoas que possuem algum tipo de deficiência[1]. A partir desses números precisamos ter a compreensão de que as pessoas com deficiência estão (ou deveriam estar) em todos

[1] Cf.: *IBGE: 24% da população têm algum tipo de deficiência*, por Isabela Vieira para a Revisa Exame. Disponível em: exame.abril.com.br/brasil/ibge-24-da-populacao-tem-algum-tipo-de-deficiencia. Acesso em: 27/09/2019.

os espaços: no mercado de trabalho, em associações, na política, em universidades, escolas, entre outros. Dentre esses espaços, os educacionais devem ter um papel crucial à inclusão das pessoas com deficiência no meio social.

Para começar o debate sobre a inclusão das pessoas com deficiência na educação e na sociedade em geral, é preciso entender o conceito de Pessoa com Deficiência, segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência:

> Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, p.2).

E ainda, o conceito de escola inclusiva, segundo a Declaração de Salamanca de 1994:

> Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola (UNESCO, 1994, p.5).

O conceito de escola inclusiva refere-se ao direito de todos(as) à educação, independentemente de suas condições físicas, psíquicas, financeiras, de raça e gênero. Dessa forma, também podemos afirmar que a inclusão vai muito além de incluir somente pessoas com deficiência, pois buscamos incluir a todos e todas com diferenças.

Além disso, tal conceito traz a perspectiva de que é a sociedade que deve se adaptar às pessoas com deficiência.

As barreiras para a concretização da escola inclusiva, entretanto, são muitas. Uma das principais dificuldades encontra-se nas relações sociais travadas pelas pessoas sem deficiência, sendo que a maioria delas não possui informações e orientações em relação a forma de tratar as pessoas com deficiência. Cabe ressaltar que ainda há representações sociais e reproduções de discursos eivados de estereótipos e preconceitos relacionados às pessoas com deficiência. São estes, dentre outros obstáculos que o *Projeto Oficinas Pedagógicas Inclusivas em Educação Especial* procurou desnaturalizar e desconstruir. Pensando nisso, uma das ações desenvolvidas foi a realização de uma oficina sobre orientações de tratamento à pessoa com deficiência.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Antes da atual concepção acerca da inclusão, as pessoas com deficiência ocupavam outros espaços na sociedade. Esses espaços podem ser retratados em quatro fases históricas. A primeira é o período da exclusão: as pessoas com deficiência ficavam à margem da sociedade, não sendo inseridas em nenhum espaço social, a principal forma de tratamento dessas pessoas era a eliminação, ou seja, elas eram assassinadas. Esse período começa com as sociedades primitivas, onde as pessoas eram nômades, isto é, viviam suas vidas migrando. Dessa forma, as pessoas com deficiência que não conseguissem acompanhar essa migração, devido a dificuldades motoras e/ou física, por exemplo, ficavam abandonadas pelo caminho.

Já as pessoas com deficiência intelectual, "trabalhavam" nos circos, onde eram considerados "bobos da corte", porém, não recebiam salário. As pessoas com deficiência que não eram eliminadas ficavam excluídas da sociedade, consequentemente acabavam por mendigar nas ruas das cidades.

A segunda fase é a etapa da segregação. Na idade média, com o intuito de higienização das ruas, criou-se instituições como: hospitais, asilos, hospícios, que eram mantidos principalmente pela igreja, Estado e sociedade. As pessoas com deficiência eram abandonadas nesses locais, ficando a vida toda com suas liberdades restringidas e, não raras vezes, recebendo tratamento desumano. Até esse momento as pessoas com deficiência não tinham acesso à educação, e eram vistas através de um olhar místico acerca de sua deficiência. A partir de 1784 surgem as primeiras escolas para pessoas surdas e cegas, no entanto, as pessoas com outras deficiências não tinham acesso à educação.

Na terceira fase, a integração, as pessoas com deficiência têm acesso à educação em sua totalidade, onde essas pessoas são integradas a mesma escola que as pessoas sem deficiência, contudo, em salas diferentes, ou seja, as pessoas com deficiência frequentam a "sala especial" e as pessoas sem deficiência frequentam as salas de aula regulares, nesse cenário, os conteúdos ministrados nas salas são diferenciados, o tratamento e a socialização também.

A quarta fase é da inclusão, período que compreende a atualidade, no entanto, a rigor trata-se de uma utopia, visto que ainda estamos em processo para a efetiva inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. De todo modo, já notamos esse público ocupando os mesmos espaços das pessoas sem deficiência, por exemplo, a mesma sala de aula; porém, a inclusão não se restringe à ocupar lugares, pois tais espaços devem ter condições acessíveis para que sejam ocupados. Por isso, pode-se afirmar que a inclusão, quando ocorrer de fato, será um dos maiores exemplos de socialização.

Por fim, é necessário ressaltar que as formas de tratamento das pessoas com deficiência, a saber, a exclusão/eliminação, a segregação e a integração, ainda não foram totalmente superadas; assim como, a inclusão, por enquanto, não se efetiva em sua plenitude dado que a exclusão e a desigualdade são características próprias do modo de produção capitalista.

Capacitismo

Para denominar o preconceito que as pessoas com deficiência sofrem, criou-se o termo capacitismo, que tem origem nos Estados Unidos. A escolha do termo é proposital e interessante, pois traz à tona a concepção construída socialmente de que pessoas com deficiência são incapazes e com isso inferiores em relação às pessoas sem deficiência. O capacitismo é utilizado com o intuito de dar visibilidade às tantas formas de preconceitos dirigidos às pessoas com deficiência, que até então não tinham um termo específico para denominar tais preconceitos. Dessa forma, o capacitismo refere-se à discriminação que as pessoas com deficiência sofrem, cuja discriminação é baseada em sua condição de deficiência, caracterizando-se como crime previsto pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência:

> Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas (BRASIL, 2015, p.12).

A título de exemplificação do capacitismo, é interessante pensarmos como socialmente as pessoas com deficiência são utilizadas pelas mídias e/ou entidades de cunho filantrópico, em grande parte das vezes como objetos de comoção social, onde essas são vistas como "coitadinhas" que devem ser tratadas com caridade pela sociedade. Ou mesmo quando a pessoa com deficiência faz qualquer atividade do dia a dia, como se levantar da cama e ir trabalhar, sendo elogiada por isso e considerada um "exemplo de superação". Esses casos mostram como a sociedade questiona a capacidade e autonomia das pessoas com deficiência em realizar atividades cotidianas, ou seja, trata-se de um preconceito velado, o qual precisa ser discutido e, assim, superado.

As atitudes preconceituosas ocorrem no plano das relações sociais estabelecidas pelas pessoas sem deficiência e acabam tornando-se barreiras para que a pessoa com deficiência sejam incluídas socialmente. Por isso, afirmamos que as barreiras que as pessoas com deficiência enfrentam não são somente arquitetônicas e de aprendizagem, mas também dizem respeito às relações sociais que estão estabelecidas. A própria Lei Brasileira de Inclusão em seu artigo 4º discorre sobre a existência das barreiras atitudinais como: "atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas" (BRASIL, 2015, p. 8).

O Brasil possui instrumentos legais que preveem o fim da discriminação (capacitismo) das pessoas com deficiência, como o Decreto 3.956 (2001), que promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. O decreto prevê a eliminação da discriminação como compromisso dos Estados, além de garantir o direito a liberdades individuais e fundamentais à pessoa com deficiência.

Nada sobre nós, sem nós!

O militante do movimento das pessoas com deficiência, Romeu Kazumi Sassaki[2], dedicou sua vida e carreira para promover o debate sobre a inclusão desde sua graduação em Serviço Social, ele criou um famoso lema quem vem sendo utilizado pelo movimento das pessoas com deficiência: *Nada sobre nós, sem nós!* "Exigimos que tudo que se refira a nós seja produzido com a nossa participação. Por melhores que sejam as intenções das pessoas sem deficiência"[3]. Pensando assim, nenhuma política pública voltada às pessoas com

[2] Cf.: SASSAKI, Romeu Kazumi. *A vida de um assistente social divulgando empoderamento*. Disponível em: www.bengalalegal.com/assistente-social. Acesso em: 22/09/2019.

[3] Cf.: SASSAKI, Romeu Kazumi. *Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão*, 2011. Disponível em: www.bengalalegal.com/nada-sobre-nos. Acesso em: 22/09/2019.

deficiência deve ser implementada sem a participação das mesmas; tendo em vista que são suas vivências que lhes permite dizer o que é o melhor para si.

Nesse sentido, é interessante questionar quem pensa as políticas públicas e legislações voltadas às pessoas com deficiência, visto que se observa pouca participação desse público em espaços políticos decisivos, como o Congresso Nacional. A título de exemplo, a produção dessa oficina, planejada e executada por uma equipe formada por pessoas sem deficiência, levou em conta para sua elaboração os posicionamentos do movimento das pessoas com deficiência e dos acadêmicos que o Programa de Educação Especial (PEE) da UNIOESTE, *Campus* Toledo-PR atende.

Tecnologias Assistivas

As Tecnologias Assistivas são recursos que auxiliam as pessoas com deficiência a terem acesso a vários materiais e serviços, da mesma forma que as pessoas sem deficiência. As tecnologias assistivas são entendidas como:

> [...] um termo ainda novo, utilizado para identificar todo o arsenal de Recursos e Serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão[4].

Essas tecnologias, portanto, podem ser consideradas estratégias, utilizadas pelas pessoas com deficiência em vários ambientes como: em casa, no trabalho, na escola etc. É preciso entender que as tecnologias assistivas não são somente recursos digitais de alta complexidade tecnológica, como algumas pessoas acreditam, devido ao termo utilizado. Para facilitar a compreensão, segue o exemplo de uma caneta adaptada com um suporte para a

[4] Cf.: SARTORETTO, Mara Lúcia; BERSCH, Rita. *O que é Tecnologia Assistiva?* Disponível em: www.assistiva.com.br/tassistiva. Acesso em: 09/10/2019.

pessoa com paralisia cerebral encaixar sua mão e ter firmeza no movimento da escrita.

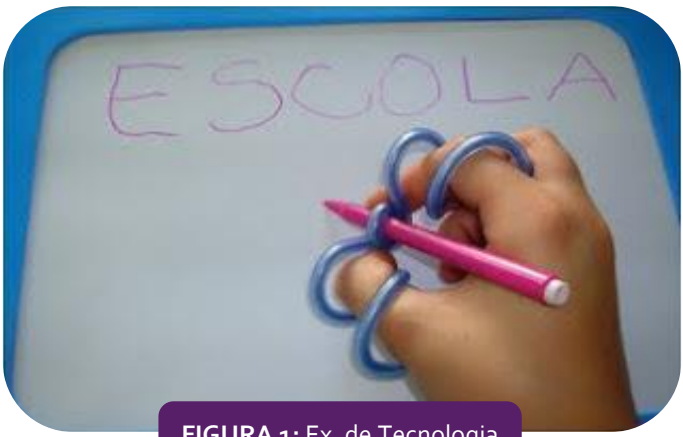


FIGURA 1: Ex. de Tecnologia Assistiva: caneta adaptada

Há também tecnologias mais complexas, como: softwares e aplicativos, um exemplo é o *Hand Talk*; o aplicativo traduz automaticamente texto e áudio para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), sendo assim, uma importante ferramenta para comunicação entre pessoas ouvintes que não dominam a Libras e pessoas surdas e, também, para pessoas com interesse em aprender a Língua de Sinais.

Formas de tratar a pessoa com deficiência

No que tange as formas de tratar as pessoas com deficiência, há orientações previstas em várias obras, para essa oficina foi utilizado como referência o livro A *Pessoa com Deficiência: aspectos teóricos e práticos* (2006), em específico o terceiro capítulo: *Pessoa com Deficiência: Caracterização e Formas de Relacionamento*; e o *Guia de Orientações Básicas para a Inclusão de Pessoas com Deficiência* (2005) elaborado pelo Senado Federal.

Importa destacar algumas orientações e atitudes gerais em relação ao tratamento com as pessoas com deficiência: dirigir-se diretamente à pessoa com deficiência quando for falar com ela;

compreender que a pessoa com deficiência, como quaisquer outras pessoas podem ter limitações para realizar algumas tarefas, nesse sentido, é necessário respeitar essas limitações e não acentuá-las, nesse contexto, se você observar que a pessoa com deficiência precisa de apoio, pergunte a ela se aceita sua ajuda, e qual a melhor forma de executá-la.

Quando se trata de uma pessoa com deficiência física e que utiliza a cadeira de rodas é preciso ter alguns cuidados, por exemplo: nunca se apoiar na cadeira; quando for ter uma conversa demorada com a pessoa cadeirante, sentar-se no nível da mesma, para que ambas fiquem confortáveis; as pessoas sem deficiência não devem estacionar em vagas destinadas a essas pessoas, além de não estacionar em frente às rampas de acesso. O ambiente arquitetônico é fundamental também nessa discussão, pois é necessário um ambiente com condições acessíveis (rampas, elevadores, entre outros) para a acessibilidade da pessoa com deficiência física.

Em relação a pessoa surda, o termo "surdo-mudo" não é mais utilizado pela perspectiva da inclusão, pois a pessoa surda não é necessariamente muda, muitos surdos emitem sons, por isso o termo correto a ser utilizado é pessoa surda. A Libras é uma língua oficial no Brasil, sendo para a pessoa surda sua primeira língua e a língua portuguesa na modalidade escrita sua segunda língua. A comunicação com a pessoa surda pode ocorrer através da Libras, de forma escrita ou pela leitura labial, esses dois últimos casos, são em situações onde uma das partes na conversa não sabe Libras e não dispõem de uma tradutora/intérprete de Libras.

Havendo uma tradutora/intérprete de Libras em um diálogo, a pessoa ouvinte deve se reportar à pessoa surda e não à interprete, pois, a tradutora/intérprete é uma profissional que serve como elo de comunicação entre a pessoa surda e a pessoa ouvinte. É necessário também, quando for passar um vídeo, por exemplo, em um local que tenham pessoas surdas, conferir se este vídeo possui legenda ou janela de Libras. Ademais, as pessoas que organizam eventos e palestras devem levar em consideração a necessidade de um profissional tradutor/intérprete de Libras para fazer a interpretação

do conteúdo apresentado pelo palestrante, caso houver um participante surdo na plateia.

Em relação a pessoa com deficiência visual, quando uma pessoa sem deficiência, for orientá-la, deve direcioná-la fazendo uso de informações precisas e claras, como direita, esquerda, leste, oeste, norte, sul etc., para a pessoa cega conseguir se localizar, evitando usar termos como: ali e aquilo para objetos e lugares. Se for guiar uma pessoa cega, primeiro pergunte se ela aceita e se prefere o braço esquerdo ou direito para auxiliá-la; a pessoa cega coloca a mão no cotovelo ou braço da pessoa para ser guiada. É necessário respeitar a bengala utilizada pelas pessoas cegas, tendo cuidado para não tropeçar na mesma. Em relação às pessoas cegas que utilizam cão guia, não é indicado brincar ou alimentar o animal, pois isso pode atrapalhar o mesmo no desempenho de sua função.

Ao adentrar um local que tenha uma pessoa cega, sinalize sua presença e se identifique, para a mesma saber quem está no ambiente, na hora de sair também se despeça. Ao usar vídeos, slides, e demais materiais com imagens em um ambiente que tenham pessoas cegas, é necessário que alguém faça a descrição das imagens e situações presentes no material. Algumas vezes, são necessárias adaptações de materiais para as pessoas cegas ou com baixa visão, como utilização de materiais em áudio, impressão de materiais em tamanho/letras ampliadas, entre outros. Um professor ou qualquer profissional que usa o quadro para escrever um determinado conteúdo deve ler o que está escrevendo para a pessoa cega poder acompanhar o conteúdo.

A pessoa com deficiência intelectual deve ser tratada conforme sua faixa etária, dessa forma, a pessoa com deficiência intelectual adulta não deve ser tratada como criança, isto é, ser infantilizada. Também não se deve compará-la com outras pessoas, nem duvidar de suas capacidades, respeitando, assim, suas diferenças e limitações.

Em relação à pessoa que gagueja, é necessário respeitar seu tempo de fala, não completando suas frases, nem tentando adivinhar palavras. Quanto à pessoa com paralisia cerebral, ela pode apresentar dificuldades na fala e/ou movimentos faciais involuntários, mas isso

não tem relação com sua capacidade intelectual, além disso, caso não se compreenda o que essa pessoa fala, pode pedir a ela que repita.

Por fim, é preciso pontuar: a oficina trouxe as formas de tratamento gerais em relação às pessoas com deficiência, e algumas orientações específicas acerca de algumas deficiências, contudo, não tratou de todos os tipos de deficiências, transtornos e necessidades educacionais especiais. Além disso, devemos levar em consideração que cada deficiência tem suas especificidades e, com isso, variam as limitações, apoios, condições necessárias, tipo de material a ser adaptado para a inclusão da pessoa com deficiência em qualquer ambiente. Dessa forma, é necessário conversar com a pessoa com deficiência para entender suas especificidades e individualidades, assim ela dirá o que precisa.

APLICAÇÃO

A presente oficina possui uma temática que deveria ser discutida por toda a sociedade, devido a essa característica ela foi apresentada quatro vezes a públicos diferentes: sua primeira apresentação foi à comunidade acadêmica em geral da UNIOESTE, *Campus* Toledo-PR; depois aos(as) acadêmicos(as) do curso de Letras-Libras do Centro Universitário FAG, *Campus* Toledo-PR; após em um curso de formação ofertada a servidores públicos de Toledo-PR; por fim a um grupo de professoras e professores especialistas, psicopedagogos(as) e psicólogos(as) da rede municipal e estadual da região Oeste do Paraná. Em todas as apresentações foi trabalhado o exposto nas seções anteriores; vale ressaltar que essas oficinas geraram muitas discussões pertinentes e interessantes em torno a temática. Segue uma descrição sumária da estrutura de apresentação da oficina.

No primeiro momento apresentamos um vídeo com o objetivo de sensibilizar os participantes sobre o tema debatido. O vídeo[5] é uma

[5] Cf.: *Eu não sou sua inspiração, muito obrigada*. Disponível em: www.ted.com/talks/stella_young_i_m_not_your_inspiration_thank_you_very_much?language=pt-br#t-808. Acesso em: 08/02/2019.

narrativa de Stella Young, uma professora com deficiência física, relatando sua história, onde por vezes ela foi considerada incapaz devido a sua deficiência; a professora conta como sua deficiência foi usada como motivo de comoção social e exemplo de superação, sendo que a mesma não estava fazendo nada fora do comum, por isso, Stella faz críticas à essas atitudes discriminatórias, pois a deficiência não a torna excepcional nem incapaz de realizar ações do dia a dia.

A questão foi abordada a fim de fazer os participantes das oficinas pensarem como as pessoas com deficiência são vistas na sociedade e romperem com os estereótipos de que pessoas com deficiência são coitadas e incapazes. Nesse contexto, utilizamos algumas imagens para reforçar a questão em discussão, por exemplo:

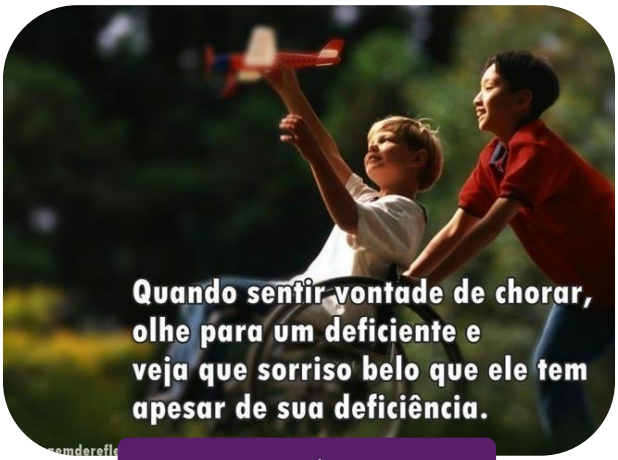


FIGURA 2: Ex. de *capacitismo*

Na imagem, a palavra "apesar" guarda um preconceito. A deficiência não deve ser entendida como um sinônimo de tristeza. Contudo, infelizmente ainda há pessoas que carregam esta ideia a reproduzem socialmente. Por isso, é de fundamental importância o trabalho das(os) professoras(es) no sentido de conversar com as turmas, explicando que os(as) colegas com deficiência não devem ser tratados(as) com desigualdade e também explicar para eles(as) mesmos(as), estudante com deficiência que ele(a) não deve aceitar as

vitimizações impostas, fazendo com que este(a) aproprie-se de sua identidade como uma pessoa com deficiência e que possui seus direitos, tanto quanto uma pessoa sem deficiência.

Ainda sobre o capacitismo, expomos algumas frases da campanha #ÉCapacistismoQuando, que aconteceu em 2016 e ampliou esse debate nas redes sociais:

> #ÉCapacistismoQuando você se depara com um casal formado por uma pessoa com deficiência e outra sem e parabeniza aquela que não tem deficiência por estarem juntos.

> #ÉCapacistismoQuando perguntam meu nome para a pessoa ao meu lado, achando que não sei responder!

Essas frases são relatos de pessoas com deficiência; retratam o preconceito que estas sofrem. As frases causaram várias discussões durante a realização das oficinas, onde várias pessoas sem deficiência e com deficiência relataram já terem ouvido falas parecidas.

Devido ao histórico lugar das pessoas com deficiência na sociedade, foram criados estereótipos, por exemplo, que são incapazes, improdutivas, retardadas, coitadinhas, excepcionais, especiais etc. Atualmente, na era da inclusão, essas palavras são problematizadas, pois se notou o quanto são pejorativas e carregadas de capacitismo, nesse sentido, buscou-se durante a oficina mostrar o porquê de excluir esses termos do vocabulário, principalmente ao se dirigem às pessoas com deficiência.

As oficinas foram encerradas de modo lúdico e prático, aplicando-se uma dinâmica que procurou desconstruir os estereótipos contra as pessoas com deficiência. Utilizamos um boneco simbolizando uma pessoa com deficiência e sobre ele colamos vários termos pejorativos, como os já abordados acima, assim como termos não pejorativos, como: pessoa com deficiência, pessoa capaz, entre outros. Ao lado do boneco colocamos uma lixeira, como podemos observar na figura 3:



FIGURA 3: Boneco utilizado

Os participantes das oficinas foram divididos em cinco grupos, cada grupo deveria escolher e retirar três palavras do boneco e discutirem sobre elas. A discussão deveria levar a um consenso do grupo entre jogar a palavra no lixo, indicando ser uma palavra carregada de preconceito que deve ser eliminada ou colá-la novamente no boneco, indicando ser uma palavra que pode ser atribuída às pessoas com deficiência. Um representante de cada grupo deveria dirigir-se ao boneco e realizar a ação concordada pelo grupo e justificar o porquê da ação escolhida para cada termo.

RESULTADOS OBTIDOS

Com a oficina atingimos os objetivos pretendidos, principalmente no que se refere a dinâmica há pouco descrita; os grupos descartaram as palavras capacitistas e recolocaram no boneco os termos: pessoa com deficiência, pessoa capaz e produtiva, pois a deficiência não torna uma pessoa incapaz ou improdutiva. Dessa forma, pode-se concluir que a oficina proporcionou momentos de reflexão e desconstruções de estereótipos.

Por meio dessa oficina, portanto, foi possível socializar conhecimentos indispensáveis para o rompimento de estereótipos construídos historicamente e contribuir para o desenvolvimento de uma *práxis* comprometida com o processo de emancipação social e na busca pela inclusão das pessoas com deficiência na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. *Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência*. Brasília, 2001.

BRASIL. Congresso. Senado Federal. Comissão Especial de Acessibilidade. *Acessibilidade: passaporte para a cidadania das pessoas com deficiência. Guia de orientações básicas para a inclusão de pessoas com deficiência*. Comissão Especial de Acessibilidade. Brasília: Senado Federal, 2005.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência* (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.

UNESCO. *Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção na Área das Necessidades Educativas Especiais*. Salamanca, Espanha, 1994.

VIACONO, Jane Peruzo; ROSSETTO, Elizabeth; ZANETTI, Patrícia da Silva. A pessoa com deficiência: caracterização e formas de relacionamento. In: PROGRAMA INSTITUCIONAL DE AÇÕES RELATIVAS ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS. *A Pessoa com Deficiência: aspectos teóricos e práticos*. Cascavel: Edunioeste, 2006.

REFERÊNCIAS ICONOGRÁFICAS

FIGURA 1: *Ex. de Tecnologia Assistiva: caneta Adaptada*. Disponível em: alemdoslimites2013.blogspot.com. Acesso em: 22/09/2019.

FIGURA 2: *Ex. de capacitismo*. Disponível em: www.mensagensreflexao.com.br/wp-content/uploads/pense-na-vida.jpg. Acesso em: 22/09/2019.

FIGURA 3: *Boneco utilizado na oficina.* Acervo pessoal da autora.



TC 140/18-SETI/USF/UGF
Oficinas Pedagógicas Inclusivas em Educação Especial
Projeto financiado com recursos do FUNDO PARANÁ,
Programa de Extensão Universidade Sem Fronteiras.
Superintendência Geral de Ciência,
Tecnologia e Ensino Superior.
www.seti.pr.gov.br

Oficinas pedagógicas para uma

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Oficinas Pedagógicas para uma Educação Inclusiva apresenta elementos essenciais para pensarmos de forma crítica acerca do paradigma da inclusão de pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais, inclusive para além do âmbito da educação. Nesses termos, ressaltamos que inclusão é a efetivação dos direitos já garantidos por leis; é ter políticas públicas voltadas a esse público alvo; é dar voz e vez ao sujeito como protagonista da sua própria história; é se dirigir à pessoa com deficiência e falar diretamente com ela, e não com quem a acompanha; é respeitar seu tempo de fala; enfim, é considerar como sujeito capaz de exercer sua autonomia, assim como qualquer outra pessoa.

Francy Rodrigues da Guia Nyamien
e Luana Aparecida de Oliveira

universidade sem fronteiras
PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
unioeste Universidade Estadual do Oeste do Paraná Campus de Toledo
P.E.E. Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais Campus Toledo
Oficinas Pedagógicas Inclusivas Educação Especial
quero Saber!
ISBN 978-655121000-6